

| 522 | POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A INTERVENÇÃO DO MDA NO SERTÃO ALAGOANO

Cícero Nilton Moreira da Silva, Maria Anezilany Gomes do Nascimento, Francisca Maria Teixeira

Vasconcelos

Resumo

Este trabalho visa fazer uma breve discussão sobre o processo de implementação das políticas de desenvolvimento territorial, em específico as intervenções fundiárias propostas pelo MDA, tendo como recorte socioespacial de investigação o Território do Alto Sertão em Alagoas. O propósito é analisar as relações entre essas políticas e a problemática da reforma agrária, reconhecendo a primazia dessa última na concepção e na prática do planejamento para o desenvolvimento. Os conceitos de Estado, desenvolvimento, território e territorialidade são norteadores da investigação. A pesquisa envolve visitas de campo e análise de documentos oficiais do MDA. A reflexão aponta, no seio do debate entre as perspectivas do consenso e do conflito, a necessidade de identificar como se constituem os territórios, inclusive no sentido de captar em meio às “coesões” e “identidades” as fragmentações, diferenças e desigualdades entre os sujeitos sociais que compõem esses espaços.

Palavras-chaves: Desenvolvimento rural. Território. Políticas públicas.

Introdução

Em 2003, depois de quase vinte anos de elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), o governo Lula, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou o II PNRA intitulado: *Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Uma análise geral desse Plano evidencia que, relativamente, trata-se de um documento que apresenta uma ruptura em relação a outras propostas de reforma agrária anteriormente adotadas no país, porquanto associa a resolução da concentração fundiária à distribuição de renda, ao combate à desigualdade, à promoção do desenvolvimento econômico, destacando também a importância dos assentamentos rurais de reforma agrária como um setor estratégico para a segurança alimentar.

Nesse contexto, a abordagem territorial compõe uma das vertentes contemporâneas das intervenções políticas propostas pelo MDA para o meio rural brasileiro. Este trabalho visa, no âmbito desse temário, fazer uma breve discussão sobre o processo de implementação das políticas de desenvolvimento territorial, tendo como recorte socioespacial de investigação o Território do Alto Sertão em Alagoas. O propósito é analisar as relações entre essas políticas e a problemática da reforma agrária, reconhecendo a primazia dessa última na concepção e na prática do planejamento para o desenvolvimento.

Nesse sentido, faz-se primordial investigar a (re)produção do espaço agrário nesse território a partir de intervenções fundiárias, propostas pelo MDA.

A realização da pesquisa envolve os seguintes procedimentos metodológicos: 1) análise de documentos oficiais do MDA, tais como os manuais de referência para a construção das políticas de desenvolvimento territorial; o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS) do Alto Sertão de Alagoas; 2) visitas de campo pelos municípios que compõem o território em análise no intuito de: aplicar os instrumentos investigativos, tais como entrevistas e questionários junto aos agentes sociais (Instituições, assentados, organizações da sociedade civil); observar e registrar as impressões acerca dos aspectos e processos norteadores da análise proposta.

Aproximações teórico-metodológicas ao desenvolvimento

A perspectiva de análise investigativa que pretenda se pautar na temática relativa ao desenvolvimento territorial requer, dentre outras ferramentas, a identificação de alguns elementos temáticos norteadores da abordagem teórica. Na perspectiva ora esboçada, são eles: *Estado, Desenvolvimento, Território e Territorialidade*.

A partir da reflexão acerca da política de desenvolvimento proposta para o setor rural brasileiro, pode-se estabelecer uma relação em torno dos fundamentos teóricos e conceituais que formam a base de sustentação da proposta de ação do Estado, através da intervenção de suas representações político-institucionais.

Richard Peet (2007), ao analisar os *imaginários de desenvolvimento*, propõe o estudo do desenvolvimento a partir do que denomina de uma gama apropriada de conceitos analíticos. Para tanto, defende uma *geografia crítica do poder*, calcada na investigação científica de 05 categorias fundamentais que marcam o poder político-econômico.

A primeira é a *ideologia* sob o enfoque da tradição da teoria crítica em Marx, que se refere à produção e disseminação de ideias principalmente por parte do Estado e seu aparato burocrático, que apoia e legitima a ordem social dominante (Marx e Engels apud Peet, 2007). A partir das formulações gramscianas durante a prisão em 1971, e posteriormente com os acréscimos de Althusser, pode-se tratar o problema a partir de dois níveis de controle político: a “dominação” (coerção física pela polícia, pelo exército e pelos tribunais - o aparato repressivo do Estado); e a *hegemonia*, que se refere ao controle ideológico e à produção do consentimento por meios não fisicamente coercitivos - o aparato ideológico do Estado. Ambas as formulações de análise do aparato de Estado são tratadas por Althusser (1998).

Com o termo hegemonia Gramsci queria dizer produção cultural de sistemas inteiros de valores, atitudes, crenças e moralidades que dão suporte a ordem social existente e ao modo de vida prescrito. Hegemonia, para Gramsci, era um 'princípio organizador' difundido através da socialização, como senso comum em cada aspecto da vida diária. Ou, na versão de Althusser [...] o aparato ideológico de Estado instilou na mente das pessoas sistemas de significados que as deixaram em 'relações imaginárias' com a realidade - quer dizer, a construção social da imaginação impede qualquer coisa parecida com o entendimento do real (Peet, 2007, p. 25).

Outra categoria seria aquela relacionada ao caráter do *discurso*, que de acordo com Peet assume uma forma proposicional particularmente significativa, a forma das políticas sugeridas pelos especialistas para corpos governantes, que os utilizam como instrumentos de poder.

Assim, defende a proposição de que a conceituação crítica deve acrescentar em seu patamar de investigação a inquietação com os sistemas de significados ou significações sociais imaginárias que instituem ordem social e organizam o mundo. Para Castoriadis (1986), conhecer uma sociedade significa reconstituir o mundo de suas significações imaginárias.

Dessa forma, imaginário, criatividade e materialidade são ferramentas imprescindíveis para o estudo do desenvolvimento da ação política do Estado, levando em consideração ainda o campo vivo das tensões, das lógicas visionárias e do reino das interpretações. Estas sustentadas entre crenças e valores disseminados como verdade e formuladores de sistemas de ideologia dominante, que se configuram em formas práticas de consciência e intervenção no espaço, entre modos alternativos de conhecimento e modos diferentes de imaginar (Peet, 2007, p. 28).

O que se denomina por *governamentalidade* seria a quarta dimensão categórica da análise proposta. Peet considera a contribuição de Foucault (1979), que se refere à governamentalidade como a palavra que exprime a mentalidade dos governos modernos - à mentalidade dos governantes e dos governados. De um modo geral, a governamentalidade explora como as autoridades do governo exercem o poder por meio de regimes de prática institucional.

É nesse momento que se percebe a imbricação entre as dimensões do poder econômico propulsor, através do investimento de capitais e do controle da tecnologia avançada, e do poder teórico, que pensa a noção de desenvolvimento.

Em suma, Richard Peet nos possibilita assinalar, a partir da reformulação conceitual proposta, uma *geografia crítica institucional do poder*, fundada em mentalidades e imaginários. Assim, nos fala de políticas e práticas de governança que são concebidas por especialistas em instituições concentradas em alguns poucos centros de poder, as denominadas cidades globais que exercem poder no cenário mundial.

Essa assertiva permite nos aproximarmos das formulações de Dowbor (1998) que, em sua obra *A Reprodução Social* realiza estudo sobre a influência e poder de articulação institucional das grandes cidades globais, no cenário mundial, as quais respondem por intermédio ou até mesmo assumem o papel do próprio Estado. Haja vista que as mesmas acabam por configurar-se como sede das grandes corporações internacionais, empresas multi e/ou transnacionais.

O conjunto destas atividades traduz-se no caráter de sua fluidez no território, ou melhor, sua fluidificação em múltiplas ações territorializadas em centros de poder significativo na reprodução ampliada do capital, como afirma Moreira (2010) no artigo *As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades*.

Essa característica da fluidez somente torna-se possível, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista global, a partir do incremento cada vez mais recrudescente do avanço tecnológico.

A revolução científico-tecnológica e a emergência das redes de informação e comunicação modernas, no dizer de Dias (1996) é que vai garantir a configuração espacial e o caráter de dinamicidade dada aos territórios da ação das empresas, instituições e da intervenção planejada do Estado. É com o advento das denominadas redes imateriais que se pode compreender a articulação das forças produtivas e a forma como desempenham a produção no território e a (des)construção e a (re)construção de territorialidades, consideradas no bojo da múltipla escalaridade do capitalismo financeiro e especulativo da atualidade.

A este momento crucial da contemporaneidade associa-se a discussão em torno da globalização e a crise dos estados nacionais frente ao poderio da ação das corporações capitalistas e à ideia de perda da soberania nacional, assim como aponta Corsi (1999) no artigo *Globalização e Tendências Institucionais*.

No intuito de compreender os centros de poder formados de complexos de instituições, Peet classifica-os em quatro tipos principais, de acordo com o propósito dominante de suas instituições e do tipo de poder que elas geram: *o econômico, o ideológico, a mídia e o político*.

Desse modo, tem-se a na linha de pensamento pós-desenvolvimentista a ideia do *discurso do desenvolvimento como agente de poder*. Assim, estaria presente a quinta categoria da análise: *poder/geografia*. Peet chama atenção para a radicalidade do pensamento pós-desenvolvimentista, que formula postura de negação ao conceito de desenvolvimento, e acrescenta que os princípios da democracia, emancipação, desenvolvimento e progresso são corrompidos pela forma social em que são engendrados pela modernidade capitalista.

O autor defende a postura intelectual que busque a formulação de um desenvolvimentismo crítico moderno, pautado na crítica ao sistema de poder capitalista, mas diferente da adotada pelo pós-desenvolvimentismo radical.

O desenvolvimentismo crítico moderno converte essas críticas negativas na positividade de uma série de propostas políticas de como mudar o significado e a prática do desenvolvimento. [...] O modernismo crítico favorece, ao invés disso, a visão das massas oprimidas de todos os tipos - de movimentos sociais camponeses às organizações indígenas, às mulheres que se organizam por direitos reprodutivos, aos movimentos das classes trabalhadoras. [...] O modernismo crítico ouve o que as pessoas têm a dizer. Ainda assim, quer combinar os discursos populares dos movimentos sociais com as libertadoras idéias teóricas do modernismo, na forma de um desenvolvimentismo popular (Peet, 2007, p. 35).

A questão do desenvolvimento: entre o pós-desenvolvimentismo e o modernismo crítico

A partir da análise pautada na investigação do discurso e da prática do desenvolvimento procura-se definir quais ferramentas possibilitam o estudo das políticas públicas do Estado brasileiro, no que tange ao desenvolvimento rural, mais precisamente à mais recente faceta do desenvolvimento territorial.

Para tanto, torna-se de real valia avançar no debate em torno do qual se indaga os fatos e os sentidos do desenvolvimento, e com que método e perspectiva teórica propor-se-á trabalhar. A ferramenta de investigação define-se pela corrente teórico-metodológica

pós-desenvolvimentista, que, conforme Gómez (2007) configura-se numa crítica pós-estruturalista ao desenvolvimento, defendendo uma *desconstrução* de seu discurso e de sua prática.

Propõe-se uma leitura geográfica que lança mão da idéia de uma desconstrução da geografia do desenvolvimento, [...] num duplo movimento imbricado de desconstrução do desenvolvimento e de desconstrução da relação geografia-desenvolvimento (Gómez, 2007, p. 39).

A perspectiva da desconstrução do desenvolvimento no pensamento de Gómez reside na formulação de três provocações.

O desenvolvimento é apenas uma *religião moderna*, uma forma religiosa que se sustenta no discurso da modernidade, isto é, no conjunto de valores, crenças, e costumes que são elaborados pela construção ideológica do poder político-econômico, mas que transcorre por todas as esferas da vida em sociedade. Seria similar ao jogo de dogmas, fé e fanatismo que tornam reais e materializam as estruturas de poder para manutenção do *status quo*.

O *discurso do desenvolvimento* é uma invenção que modela a concepção da realidade e a ação social daqueles considerados subdesenvolvidos. [...] O desenvolvimento, portanto, se constrói, se teoriza e se implementa através de uma rede que inclui variáveis macroeconômicas, questões culturais, participação de certas instituições e, sobretudo, através das relações que se estabelecem entre todos esses elementos.

Estaríamos, portanto, diante de um desafio teórico-metodológico em torno do debate sobre o desenvolvimento. Entre a crítica radical pós-desenvolvimentista que apregoa a desconstrução do desenvolvimento, no caminho de sua eliminação e a do modernismo crítico moderno, ou seja, a da criação de alguma formulação que dê conta desta problemática. Eis o desafio. Que postura assumem as ciências humanas e sociais neste debate? E neste sentido, como se (re)significam e se (re)definem as categorias espaciais onde se configuram a implantação das políticas de desenvolvimento? Como entender território e região nesse contexto?

Região e/ou território?

Em torno do debate sobre uma geografia para o desenvolvimento e uma geografia do desenvolvimento, destaca-se a contribuição da formulação teórica de Escobar (1997), o qual indaga: [...] Qual seria a contribuição da geografia e dos geógrafos para a desconstrução do desenvolvimento atual e para a formulação de um outro projeto socialmente mais justo? (Gómez, 2007, p. 48).

Há um questionamento forte, portanto, para os geógrafos sobre que postura intelectual irão assumir frente ao desafio da crítica ao desenvolvimento. E mais, amplia o leque do debate incluindo o problema da utilização de categorias como território, lugar e escala. Categorias que o próprio desenvolvimento adota, mas, em muitos casos, restringe.

Essa discussão é fundamental para compreender hipersimplificações e distorções, como a utilização do conceito de território pelo Estado na concepção e implementação de políticas públicas e a definição de parâmetros nas regionalizações estabelecidas pelos planos e políticas de desenvolvimento territorial. Esses equívocos se dão no mesmo compasso da exacerbação do conceito de território em detrimento do uso da região como “artefato”.

Nesse sentido, é válido o entendimento proposto por Haesbaert (2010, p. 109) que nos traz à baila esse conceito – o de região – que, sobretudo no temário do desenvolvimento, faz-se fundamental ao debate. No que concerne às acepções acerca do conceito de região:

Encaminhamo-nos, sobretudo, para o entendimento da região não simplesmente como um ‘fato’ (concreto), um ‘artifício’ (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um ‘artefato’, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política.

O autor alerta para o perigo do reducionismo acerca da problemática da regionalização, que envolve tanto meras construções intelectuais quanto práticas concretas, explicitamente políticas. Ou seja, não se pode conceber uma análise regional incluindo a capacidade de leitura e intervenção de políticas públicas, sem considerar as múltiplas dimensões que envolvem a região, quais sejam o campo da produção material, bem como o das representações e símbolos; tanto a dimensão da funcionalidade (política econômica) quanto do vivido (simbólico-cultural subjetivo). Dessa forma, olvidar qualquer uma dessas dimensões é negligenciar a correlação entre as mesmas, o que obstaculizaria o entendimento da essência da região e de seus desdobramentos.

Não obstante, na proposta deste trabalho, o território assume papel preponderante na sociedade contemporânea. De acordo com Saquet (2007, p. 113) “O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares”.

Dematteis (1995 apud Saquet, 2007, p. 114) afirma que “o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos”. E sinaliza ainda mais: que a definição de territorialidade, perpassa a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social. Seria, portanto, uma *territorialidade ativa*, através da organização política e do planejamento.

Neste sentido, cabe destacar o conceito de território empreendido pelo MDA como espaço da identidade, do projeto compartilhado (território do consenso, do conflito negociado entre múltiplos agentes públicos e privados). Há a disseminação da ideia de uma identidade comum que seria capaz de impulsionar o desenvolvimento, em torno dos interesses comuns a todos, ou pelo menos da maioria.

Este seria o território das políticas públicas. Desativado dos conflitos. Em favor do desenvolvimento capitalista. O território surge como um instrumento de planejamento do Estado.

A complexidade de relações através das quais converte a categoria território (de natureza conflituosa por definição) é bastante problemática para a implementação de políticas públicas. Há uma tentativa de abortar ou desenraizar a essência que caracteriza o conceito de território: o conflito. Para torná-lo hábil ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Transformando-o em espaço aplainado. Reduzindo-o a mero instrumental de aplicação de políticas públicas. Como se o mesmo fosse estéril e não fosse efervescente de ações de seus diferentes sujeitos sociais históricos, que, (re)produzem e (re)constroem e\ou (des)constroem espacialidades e territorialidades contraditórias.

O *território* do desenvolvimento territorial está cortado à medida das necessidades de controle social e da reprodução capitalista. [...] O território que se vende como base de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns é apenas um recurso a mais, uma variável que deve se valorizar para conseguir um bom desempenho econômico e a capacidade de competir no mercado. [...] o território, sob este paradigma desenvolvimentista, converte-se num recurso que deve ser valorizado e vendido (Gómez, 2007, p. 51).

As Políticas de Desenvolvimento Territorial e a Produção do Espaço Agrário no Alto Sertão Alagoano

Para o MDA, os territórios rurais são espaços onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social,

cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. No entanto, incluem-se nesta perspectiva também os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. No âmbito dessa discussão, para o MDA o território é condição e suporte ao desenvolvimento rural. É forçoso destacar que a criação dos territórios rurais é o motor das recentes políticas sob a responsabilidade institucional da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

A pauta da política de desenvolvimento territorial compreende a reforma agrária como uma de suas vertentes de intervenção socioespacial. No tratamento da reforma agrária, o MDA questiona um modelo único de assentamento a ser adotado em todo o país, propondo a adoção de outra perspectiva de criação de assentamentos, que, conforme o discurso documental, estaria pautada nas potencialidades e especificidades características de cada região. Assim:

[...] ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da reforma agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social no âmbito regional e nacional. (BRASIL/MDA, 2003, p. 10)

É importante reconhecer, conforme nos lembra Fernandes (2003) que o tratamento da reforma agrária como política de desenvolvimento territorial representou uma inovação no tratamento da questão agrária no país. Afinal, ao longo da história a reforma agrária foi encarada apenas como uma política de caráter compensatório, apresentando-se assim, relevante a intervenção no meio rural a partir da criação de territórios. No entanto, a dimensão do consenso apregoada pelo Ministério contradiz o princípio epistêmico e concreto em que se assenta o território: conforme supramencionamos, a do conflito.

Esta observação nos remete ao conceito de território apontado por Oliveira (1998, p.09), para quem o território deve ser visto como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas etc. [...] São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. [...] É, em síntese, a

unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

A orientação teórico-conceitual expressa no documento metodológico norteador das políticas do MDA, o “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (2005), reforça a incoerência entre a concepção de território pressuposta para as intervenções, a da continuidade e da coesão identitária, e o território como de fato se apresenta, espaço produzido e reproduzido pelos conflitos e pelas contradições. Conforme o documento, o território seria:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde pode se distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2005, p. 07-08)

Considerando a leitura crítica acerca da temática, percebe-se limitações do ponto de vista teórico-metodológico na definição supracitada de território. Concordamos com Costa (2011, p. 132), para quem “o território é comumente caracterizado a partir de relações de poder e seus “hibridismos” e estas não estão explícitas no documento da SDT/MDA que se baseou principalmente no fator “identidade”.

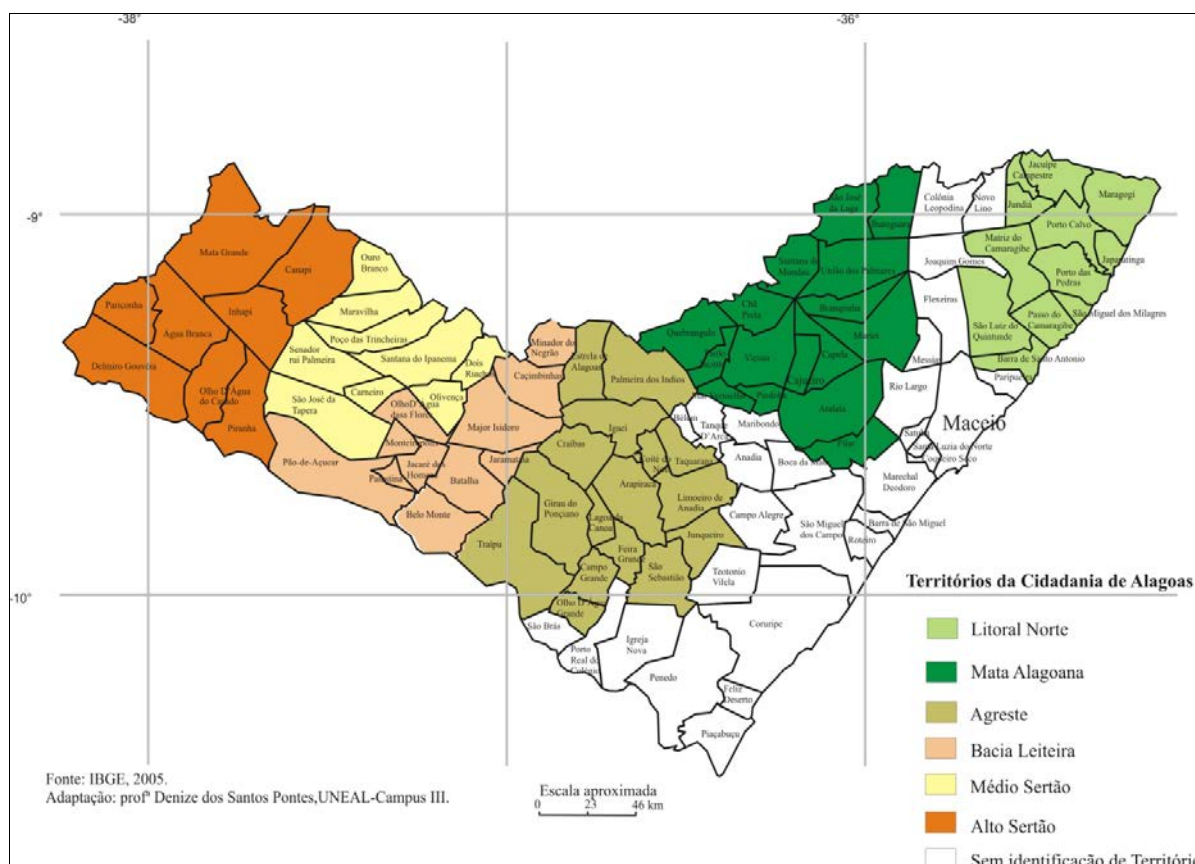
No estado de Alagoas, desde meados dos anos 2000, há a criação pelo INCRA dos territórios rurais, em diferentes regiões do estado. Atualmente os mesmos constituem as bases dos territórios da cidadania. São eles: Território da Bacia Leiteira, Do Agreste, Do Alto Sertão, Do Litoral Norte, Do Médio Sertão e Mata Alagoana (Figura 01).

A espacialização dos territórios da cidadania em Alagoas coaduna com a concepção limitada de território, que estabelece como parâmetros norteadores as noções de identidade, proximidade, compartilhamento de experiências etc. Nesse sentido, determinados municípios são equivocadamente inseridos no recorte político-administrativo

proposto. Como demonstra o estudo realizado por Lopes e Costa (2009, p. 15) no território do Agreste:

Municípios que não guardam qualquer semelhança com os demais, tanto do ponto de vista das atividades econômicas como dos valores culturais e sociais, foram a ele agregados por razões de ordem meramente política, como Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas e Traipu.

Figura 01: Territórios da Cidadania - Alagoas



O território do Alto Sertão de Alagoas, composto por 08 municípios, forma um dos 06 territórios rurais do estado implantados pela SDT/MDA. A população absoluta no território em 2010 é de 169.119 habitantes (IBGE, 2010), em uma área compreendida de pouco mais de 3.953,3 km.

O território possui uma média de 12.225 agricultores familiares, 1.038 famílias assentadas, 06 comunidades quilombolas e 01 terras indígenas (CIAT, 2006). Através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais - PRONAT (2006), a seleção dos territórios alagoanos foi realizada pelo Conselho Estadual de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CEDAFRA). Sendo assim, em fevereiro de 2006 foi

validado O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Alagoano. Segundo Costa (2011, p. 142),

O PTDRS era um documento que descrevia a metodologia utilizada, as informações levantadas e os elementos fundamentais que compunham o referido plano, fruto de reflexão e discussão da CIAT e do articulador territorial com os setores sociais, através da realização de oficinas, seminários e reuniões regulares, tendo a finalidade de nortear as ações do território. Posteriormente a CIAT seria substituída pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e a figura do Articulador Territorial substituída pelo Assessor Técnico, isso com o objetivo de dar maior agilidade ao processo de desenvolvimento territorial, em que a questão seria, nesse momento, a consolidação do CODETER e não mais, necessariamente, a da mobilização.

Faz-se necessário, para fins de aprofundamento analítico acerca das questões ligadas ao desenvolvimento territorial, tomando como parâmetro empírico o Território do Alto Sertão de Alagoas, abordar alguns aspectos cruciais, como estrutura fundiária e reforma agrária. No cerne da análise proposta, as áreas reformadas podem ser visualizadas na Figura 02, a seguir.

Quadro 01: Assentamentos do Alto Sertão alagoano

Município	Assentamentos	Nº de famílias	Jurisdição
Água Branca	Serra do Paraíso	31	INCRA
	Mulungu	76	INCRA
	Cacimba Cercada	20	ITERAL

	Nossa Sra. Da Conceição	20	ITERAL
	Riacho Seco	20	ITERAL
	Fazenda Malhada Vermelha	20	INCRA
Canapi	Poço da Pedra	23	ITERAL
	Fazenda Sertânia	25	ITERAL
	Santa Fé	25	ITERAL
Delmiro Gouveia	Jurema	48	INCRA
	Boa Vista	14	INCRA
	Lameirão	29	INCRA
Inhapi	Delmiro Gouveia	48	INCRA
Mata Grande	Vale do Surubim	30	INCRA
Olho D'água do Casado	Dois Serrotes	12	ITERAL
	Nova Esperança II	135	INCRA
Pariconha	-	-	-
Piranhas	Nossa Senhora da Saúde	30	INCRA
Total Territorial	-	606	-

Fonte: PTDRS, 2006.

Outro importante elemento de análise é a verificação da (não) participação da sociedade civil organizada e as relações tecidas entre estes e os demais agentes sociais no contexto da implantação das políticas de desenvolvimento territorial.

Cabe contextualizar, nesse sentido, a percepção de movimentos sociais do campo, tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Considerações Finais

O Estado brasileiro, ao longo da experiência histórica acerca do temário do desenvolvimento rural, estaria construindo / reforçando uma lógica de desenvolvimento do

campo sustentada no reforço à conflitualidade da luta de classes frente aos paradigmas da questão agrária.

Desse modo, questiona-se: as ações estratégicas do Estado, redundando na implementação das políticas públicas da SDT/MDA, em torno da criação dos denominados territórios rurais, estariam na realidade contribuindo para a efetiva afirmação do território como concretude e vivência representativa dos sujeitos sociais envolvidos?

A reflexão aponta para alguns caminhos de investigação, como a necessidade de identificar como se constituem os territórios, inclusive no sentido de captar em meio às “coesões” e “identidades” as fragmentações, diferenças e desigualdades entre os sujeitos sociais que compõem esses espaços.

O debate imediato se dá, portanto, em torno do antagonismo relativo às duas vertentes que podem caracterizar a orientação teórico-metodológica sobre o território, como artefato para as políticas públicas de caráter intervencionista, quais sejam: a do consenso e a do conflito. Ambas contribuem como elementos constitutivos à concepção do território como base para a formulação das políticas de desenvolvimento territorial. A primeira apregoa a opção pela “política do consenso”, isto é, teríamos, então, a afirmação de um conjunto de ações estratégicas que, seriam norteadas em torno da busca por uma pretensa neutralidade política. Uma visão “harmônica”, que negligencia a essência que caracteriza o conceito de território. A outra vertente pressupõe o indicativo da afirmação da “política do conflito”, ou seja, seria na busca pela orientação dialógica que teríamos a construção de uma leitura territorial mais próxima da realidade socioespacial - densa e vívida em contradições.

Em face do desafio teórico sobre as questões levantadas neste trabalho, espera-se contribuir na discussão sobre os processos sociais que engendram tanto a concepção, como a prática das políticas públicas do Estado para o desenvolvimento rural brasileiro, sob a óptica do território.

Referências

- ALTHUSSER, L. P. 1998. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- CARVALHO, D. M.; ALCÂNTARA, F. V.; COSTA, J. E. (orgs). 2011. *Desenvolvimento Territorial e sustentabilidade no Nordeste*. São Cristovão: Editora UFS.
- CASTORIADIS, C. A. 1986. *Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução por Guy Reynaud. 2.ed., Rio, Paz e Terra.

CORSI, F. L. 1997. A globalização e a crise dos estados nacionais In DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, P. A. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.

DIAS, L. C. 1996. Redes: emergência e organização In CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DOWBOR, L. 1998. *A reprodução social*. São Paulo: Vozes.

FERNANDES, B. M. 2003. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. [on line] Disponível em www.prudente.unesp.br. [Acessado em 05 de novembro de 2008].

FOUCAULT, M. 1979. *Microfísica do Poder*. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GÓMEZ, J. R. M. 2007. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular.

HAESBAERT, R. 2010. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

LEITE, Â. M. 2009. *Organização e desenvolvimento territorial da atividade agrícola em Alagoas*. São Paulo: In anais do XIX ENGA, pp.1-26.

LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. (orgs). 2009. *Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste*. São Cristovão: Editora UFS.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. 2003. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília [s.n.], novembro. 33p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. 2003. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. (Textos para discussão, 4). [on line] Disponível em <http://www.nead.gov.br>. [Acessado em 10 de março de 2012].

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. 2006. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão de Alagoas - PTDRS*. Disponível em <http://www.nead.gov.br>. [Acessado em 10 de março de 2012].

MOREIRA, R. 2010. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto.

OLIVEIRA, A. U. 1990. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. 3 edição. São Paulo: Ática.

PEET, Richard. (2007). Conceitos e políticas de desenvolvimento: teorias e ideologias. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular.

SAQUET, M. A. 2007. *Abordagens e concepções sobre o território*. São Paulo: Expressão Popular.